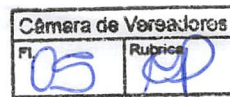




CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



PARECER TÉCNICO – ASSESSORIA JURÍDICA

Data: 18/09/2019

Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 86/2019 que “**Acréscenta dispositivo à Lei Municipal nº 2.248, de 27 de fevereiro de 2006, que “Reestrutura o regime jurídico dos servidores públicos do Município e dá outras providências. ”**

Relatório:

Visa o presente Projeto de Lei, acrescentar o artigo 114-A na Lei que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos visando a concessão de horário especial aos servidores que tenham filho portador de necessidades especiais. A redução pode ser de até 25% sobre a carga horária semanal do servidor e não poderá resultar em expediente inferior a cinco horas diárias.

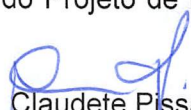
Fundamentação:

A iniciativa da lei, quanto à matéria, tem respaldo no art. 10, inciso X da Lei Orgânica Municipal¹.

Cabe ressaltar, por oportuno, que na votação do presente Projeto de Lei, deve ser observado o quórum de maioria absoluta, previsto no inciso IV, parágrafo 1º do art. 122 do Regimento Interno².

Opinião:

Assim, diante do exposto, é pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 86/2019.


Claudete Pissaia
Assessora Jurídica
OAB/RS 79.121

¹ Art. 10. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:
(...)

X – organizar os quadros de cargos, funções e de empregos públicos e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

² Art. 122. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos, com a presença da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º São exigidos os votos da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal para:

(...)

IV – aprovação ou alteração da lei instituidora do Regime Jurídico dos servidores municipais;